

CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA: REVISÕES HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS ATUAIS

Autora: Luciana Maria de Macêdo - *Universidade Estadual da Paraíba*
Lucianam047@hotmail.com

Coautora: Profª. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo - *Universidade Estadual da Paraíba*
profgmls@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discutir concepções de infância, a partir de estudo realizado por Leni Dornelles, em livro denominado: *Infância que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*. A leitura deste livro ocorreu durante processo de formação acadêmica, no Curso de Pedagogia da UEPB (Campus I), por ocasião do cumprimento de componente curricular, “Educação Infantil I”. Trata-se, de um estudo qualitativo, do tipo pesquisa bibliográfica. Dornelles, atesta mudanças sobre o conceito de infância, da idade média tardia até a atualidade, denotadas a partir de questões que envolvem relações entre adultos e crianças, e medidas educativas, por exemplo. A autora cita Philippe Ariès (1981), um dos principais estudiosos acerca da construção do sentimento de infância, com base na iconografia francesa, recortada entre os séculos XVI e XVII. Deste autor, Dornelles enfatiza, dentre outros, o elevado grau de infanticídio, e a falta de atenção à condição de criança. Crianças eram vistas como adultos em miniaturas. Ademais, a autora apresenta concepções de infância na contemporaneidade, e considera que a situação econômica, cultural e social de uma criança lhe direciona para diferentes concepções sobre essa fase, algumas são por ela intitulada de infância *ninja* e outras de infância *cyber*. Por fim, o conceito e a condição da “infância” passaram por diversas construções ao longo dos anos. Hoje, vistas como sujeitos de direitos, as crianças conseguem mais atenção social. A classe social em que a criança está inserida pode definir condições de sua infância, ou de suas infâncias.

Palavras-chave: Concepções de Infância; Idade Média; Contemporaneidade; Leni Dornelles.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, ao menos no que se refere a documentos legais, a nossa infância parece preservada e segura. Dentre estes documentos, destacamos: a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). São documentos que asseguram as crianças seus direitos e deveres, e as reconhecem como cidadãos úteis a sociedade. No entanto, questionamos: Como era vista e tratada a infância, socialmente, em séculos que nos antecederão? Como as crianças viviam sua infância?

Para tentar uma aproximação elucidativa a esses questionamentos, e assim, ao propósito deste trabalho, que é o de discutir concepções de infância, iremos recorrer a um

estudo realizado por Leni Dornelles, em livro denominado: *Infância que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*.

Respalhada preponderantemente Philippe Àries (1981), Dorneles (2005) ressalta que, até o século XVI, na França, as crianças eram vistas como adultos em miniatura e participavam dos eventos da comunidade, dos costumes e das festas. Tinham muita interação com os adultos, e, com estes, trocavam experiências laborais, de lazer e até brincadeiras. Não havia estatuto, nem nenhum documento que fizesse a separação dessas fases de vida por direito. Por essa falta de cuidado especial, o nível de infanticídio era alto e considerado normal pela comunidade.

Flandrin (*apud* ARIÈS, op. cit.) explica que a diminuição das mortes das crianças, no século XVIII, amenizou quando “as pessoas pararam de deixar morrer ou ajudar a morrer as crianças que não queriam conservar” (*ibid.*p. 17). Começa, dessa forma, a instalação de práticas familiares de atenção ao grande índice de mortandade de crianças. As conscientizações médicas e higiênicas resultaram nessas novas práticas familiares, enquanto que para o Estado, que passava a assessorar também as crianças, o interesse seria em torna-los adultos úteis à sociedade.

Diante desses fatos, começou a existir um maior investimento familiar e social para que as crianças crescessem com saúde e se tornassem futuros adultos e serventes à sociedade através do trabalho. Segundo Donzelot (1986) com esses cuidados, surgem as chamadas amas-de-leite com a função de amamentar os filhos das mulheres que não se prestavam a essa ação, principalmente mulheres com favoráveis condições econômicas. Por outro lado, a comunidade médica alerta para o fato de que essas nutrizes eram responsáveis pelo aumento da taxa de mortalidade infantil, e faziam um discurso incentivando que às mães deem amor e carinho aos seus filhos, amamentando-os.

Costa (1999) observa que no Brasil, entre 1845 e 1847, a mortalidade de crianças de 1 a 10 anos é de 51,9% frente à mortalidade total de adultos. Essas mortes eram atribuídas aos fatores climáticos, “vermes” e também a religiosidade da época que julgava quando uma criança morria ela iria para o céu e viraria um “anjinho”. É notável que as doenças, que antigamente tinham muito alarde, hoje são vistas como simples e de quadro reversível.

Na França, no século XVII, segundo estudos de Ariès (1981) surge o “sentimento de paparicação” considerado como práticas de atenção e carinho, e diversão, para com as crianças em seus primeiros anos de vida. Este sentimento era manifestado, em alguns estratos sociais, através de gestos e atitudes de adultos, em relação às crianças, ao carregá-las, mimá-las e sentir-se alegres ao distrair-se com elas. Para Àries (1981), essa ideia de “paparicação”

foi substituída por métodos de educação [...] para que desenvolvesse nas crianças uma razão ainda frágil e que se fizesse delas pessoas racionais (*ibid.* p.162). Na atualidade, a questão do “mimo” é muito vigente no cotidiano, as pessoas tem muita alegria em considerar as crianças como inocentes e puras.

Autores como Postman (1999) e Ariès (1981) enfatizam que, desde finais do século XV, e principalmente a partir do século XVII, se assiste ao desaparecimento do adulto-pequeno e sua lenta substituição por um novo indivíduo, o da prática institucional, o sujeito-aprendiz, o sujeito-aluno.

[...] Na medida em que as crianças passam a constituir, na Modernidade, uma população específica – a infantil -, esta precisa ser governada de uma forma particular, ou seja quando são identificados como infantis, separadas dos outros grupos etários, impõe-se a obrigação de administrá-las e, para isso, a necessidade do conhecimento das duas especificidades (DORNELLES, 2005, p. 57).

Dessa forma, impõe-se uma nova forma de se conceber a infância, pautada da concepção de governo, não especificamente com vistas à sua especificidade, aos cuidados e atenção que lhes são próprios, mas, como grupo específico que necessita de administração e controle. Conhecer às especificidades da criança, não implica, neste caso, em oportuniza-la à práticas que primem por suas possibilidades e liberdades, enquanto sujeito autônomo de suas construções, enquanto aprendiz.

2. A FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO INFANTIL E SUAS NECESSIDADES COMO APRENDIZES

Com o surgimento da “infância”, na modernidade, foi necessária uma organização social, para que a criança pudesse ser visualizada em sua particularidade, com especificidades. No âmbito escolar, surge a separação de grupos por diferenças etárias.

As condições e possibilidades para que se dê a institucionalização da criança podem ser assim resumidas: a definição de novos agentes educativos dos quais se passa a exigir uma formação especializada; um estatuto de infância; a instituição de espaços fechados para proceder à escolarização e o controle dos saberes (BUJES, 2001). Isso acabou resultando, numa fragmentação entre adultos e crianças, dentro de instituições frequentemente vigiadas.

“Ao serem capturadas pelas instituições é preciso produzir crianças aprendizes e é desta forma que as vimos até nossos dias como aprendizes” (DORNELLES, 2005, p.58).

Como a prioridade para as crianças é poder se desenvolver e serem aceitas na comunidade em que vivem, é necessário um tipo de direcionamento, encontrado pela educação. Segundo Dornelles (2005), nessa perspectiva educá-las, é disciplina-las conforme as necessidades sociais.

Esse processo de aceitação da criança, como sendo um ser pensante e ativo, mesmo em condições distinta do adulto, parece bem característico dos dias atuais, pelos vários segmentos que orientam a Educação Infantil. Neste processo, essa Educação visa adaptar-se às crianças, e estas à sociedade. É perceptível a atenção especial que se tem dentro desse âmbito, o investimento e o estudo sobre suas especificidades para um melhor desenvolvimento infantil. No entanto, faz-se necessário um olhar atento à essas forma de organização deste nível de educação, a fim de que a efetiva infância não venha a ser negligenciada e, ao contrário, práticas de engessamento e de hierarquização se estabilizem no interior de ambientes institucionalizados, como o ambiente escolar. Assim, ocorrendo, “o espaço escolar passa a ser uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (Foucault, 1998c, p.126).

3. A MODERNIZAÇÃO DA INFÂNCIA

Uma das estratégias usadas pelo governo, na modernidade, é o disciplinamento das crianças, o que possibilita a elas, cada vez mais, se disciplinar, se vigiar e ao mesmo tempo se tornar produtiva e docilizada, sendo assim, melhor governada.

A partir do século XVII se inventam espaços específicos destinados à sua educação. Espaços e tempos de infâncias aos quais as crianças de diferentes idades se relacionam e organizam de modo diferente os eu cotidiano. No entanto, as mudanças econômicas, sociais, familiares e eletrônicas, associadas ao acesso das crianças às informações a que estão expostas no mundo globalizado, vêm mostrando novos modos de ser infantil (DORNELLES, 2005, p.72).

Dornelles (2005) cita dois tipos de infâncias, considerados por ela os mais visivelmente identificados na contemporaneidade, e que adquirem maior atenção: *a infância ninja e a cyber-infância*.

A *infância ninja* é a considerada à “borda” de tudo: das novas tecnológicas, dos games, da internet, etc. São crianças que estão por diversas vezes fora de suas casas, sem acesso aos produtos de consumo, e que por vezes sobrevivem na sarjeta da vida urbana. No cotidiano é possível ver esse tipo de infância com frequência. São crianças em idade escolar, que pedem esmola em sinais ou oferecem sua força de trabalho para poder consumir o que precisa. Mesmo sendo contra leis que protegem crianças de situações dessa natureza, ainda persiste, na sociedade contemporânea, o trabalho infantil. Ainda não existe se tem um manuseio legal eficaz que elimine essa situação social.

A Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, vem alterar vários dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e, com isso, transforma-se em uma das principais normas que regulamentam o Contrato Especial de Aprendizagem. Pelo artigo 403 dessa lei, é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mobile/cadernos/cidade/o-que-diz-a-lei-sobre-trabalho-infantil-1.23308>).

Os exemplos das “rodas de expostos”, em século antecedente ao século XXI, pode ser considerado um tipo de acolhimento à *infância ninja*. No século XVIII essas rodas eram locais onde se colocavam crianças após seu nascimento, pois a mãe não tinha condições (ou não desejava) criar. Essa situação já foi considerada um avanço, no contexto da época, pois apesar das circunstâncias de abandono pela genitora, a criança teria uma atenção especial nessa roda, considerando um possível reconhecimento de valor e cuidado com sua vida, diferente do século XVI, marcado por período em que a história de negligência e ausência de cuidados ganharam saliência, conforme estudos de Ariès (1981). “De algum modo, a roda de expostos buscava protege-las dos perigos, separá-las da vida da rua” (DORNELLES, 2005, p.2005).

Diferenças sociais e econômicas, no tratamento à infância, também caracterizaram os séculos XVI e XVII, o que parece, em alguns aspectos, não diferir do atual contexto do nosso século. O cotidiano de uma garota branca burguesa, que escapa das normas de proibição de leitura às mulheres, e se mantinha fazendo as coisas que gostava, como ler e escrever, fato que

diferenciava o cotidiano das meninas negras *ninjas*, detidas nas “rodas”. Para estas, lhes restava o treinamento para trabalhos domésticos.

A *cyber-infância*, é caracterizada por crianças, meninos e meninas envolvidas e afetadas com as novas tecnologias. É a infância do século XXI, considerada por Dornelles (2005) a “infância nos escapa”, por não ser vivida da forma correta. A existência de espaços de lazer com uso da tecnologia, de *games* interativos e de desenhos que são considerados o entretenimento, são visto pelos adultos atuais como uma infância mal vivida, pelo fato de faltar, a essas crianças, brincadeiras livres em espaços abertos, como jogando bola na rua, ou manipular terra ou argila em espaços adequados.

Enfim, o estudo de Dornelles (2005) nos permite refletir o movimento histórico, social e cultural, do passado e do presente em relação ao conceitos e vivências da (s) infância (s). A perspectiva atual de compreensão da infância, parece trazer implícita um paradoxo: de um lado se alimenta um sentimento de cuidado, de atenção, de amparo e proteção, principalmente respaldado em ordenamento legal; e por outro, parece crescente, em nossa sociedade, casos de desconsideração dessa infância, e de cerceamento do direito a experiências que garantam, a meninos e meninas, serem efetivamente crianças, independente dos espaços sociais em que estas estão inseridas, se escolas ou ambientes domiciliares.

A *cyber-infância* têm um espaço na mídia digital e televisiva, sendo esta última preocupada em considerar a criança como consumidor em potencial, como exemplo as propagandas e programas direcionados para o público infantil. Essa realidade representa, também, modificações nesse movimento histórico e conceptual da infância. “Assim, da *cyber-infância* fazem parte as pedagogias culturais que concorrem para engendrar as crianças numa variedade de espaços sociais, incluindo e não se limitando ao espaço escolar” (DORNELLES, 2005, p. 81).

[...] Os brinquedos industrializados tornaram-se uma mercadoria tão forte quanto tantas outras na economia de mercado. Temos em nossas crianças um consumidor em formação, e a mídia tem se aproveitado disso com um forte apelo à afetividade, à aventura e ao poder (DORNELLES, 2001, p.107).

No entanto, não são todas as crianças que se enquadram dentro dessa concepção, ou desse grupo de *cyber-infância*, podemos considerar que nesta concepção/neste grupo, se encontram, predominantemente, às que são consideradas consumidoras em potencial, ou seja, as que integram famílias que se encontram em um bom patamar social e econômico.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a perspectiva sobre a infância mudou com o passar dos anos. Uma criança que era vista como uma pessoa comum entre os adultos, passou a ser vista como um ser que precisa de cuidados, atenção e educação. Dentre tantos acontecimentos, ressaltamos que o infanticídio, saliente no século XVI, por ser escassa à atenção a criança, diminuiu.

Em meados do século XVII, a ideia de criança como adulto em miniatura, ganha novos contornos, e ela passa a ser vista como um novo indivíduo no corpo social. Portanto, deu-se início ao que Philippe Ariès chamou de sentimento de infância. Daí a infância ser considerado, por este autor, como construção social. A partir desse novo sentimento, crianças começam a ser vistas com outros olhos, como seres pensantes, distintos do adulto, com especificidades. Séculos foram necessários para esse entendimento. Ainda hoje, na contemporaneidade, em diferentes países e culturas, é possível se encontrar vestígios de comportamentos sociais que desconsiderem essa especificidade.

Se contextualizarmos um pouco mais, fatos referentes aos modos de tratamento da infância, também em nosso país, podemos associar a criação das “rodas dos expostos”, do século XVIII, com os espaços de acolhimento que hoje denominamos de abrigo para crianças carentes. A criação das “rodas de expostos” foi marcante, pois o receio em deixar a criança morrer começara a existir na sociedade, através de medidas de proteção e cuidado.

Por fim, a leitura ao livro: *Infância que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*, nos remete, dentre outros, à questões sociais e culturais que sustentam concepções de infância, ou de infâncias, ao longo da história, às quais acabam por influenciar, direta e indiretamente, a vida de nossas crianças, e suas experiências, no exercício dessa infância, seja em ambientes domiciliares, escolares, ou em outros grupos sociais.

REFERÊNCIAS

- ÀRIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUJES, Maria Isabel. Infância e maquinarias. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação de Pós-graduação, 2001 [Tese de doutorado].
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- DORNELLES, Leni Vieira. Todo mundo brinca se você brinca. In: CRAIDY & KAERCHER. Educação infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DORNELLES, Leni Vieira. Infância que nos escapam: da criança na rua à criança cyber.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Estratégias de poder. Vol. II. Barcelona: Paidós, 1999c [Obras essenciais].

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.